



Assembleia da República
Gabinete do Presidente



N.º de Entrada 396604
Classificação ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

050402

Data

11.05.06

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número 3940/XI (2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

201405106

Q Secretário da Mesa

Assunto: Atrasos em todos os financiamentos da Direcção Geral das Artes

Destinatário: Ministério da Cultura

Por determinação de S.E. X.P.A.R. e
Sua Secretaria da Mesa

11.05.06

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda soube que a Direcção Geral das Artes está a informar os candidatos que só divulgará os resultados dos apoios pontuais às artes no mês de Junho, um mês depois do prazo previsto. Este adiamento condena os projectos de 2011 a ficarem concentrados no segundo semestre do ano, o que determina a perda da possibilidade de concretização de alguns deles pela perda de parcerias por incumprimento de prazos, a maior fragilização do sector por paralisação de mais de ano e meio num contexto de subfinanciamento crónico e a acentuada diminuição da oferta cultural.

Os adiamentos de que agora tivemos conhecimento são tão mais graves quanto todos os concursos e financiamentos da Direcção Geral das Artes estão a sofrer atrasos e incumprimentos. Os financiamentos bianuais e anuais aguardam ainda, em muitos casos, a assinatura dos contratos. O ano avança e as estruturas são confrontadas com a inevitabilidade de fechar portas, com perda de postos de trabalho e de oferta cultural às populações, ainda que os seus projectos tenham sido reconhecidos como imprescindíveis e lhes tenha sido atribuído financiamento público. A atribuição teórica não chega; sem contratos assinados estas estruturas não têm sequer forma de oferecer qualquer garantia à banca para assegurar liquidez e manter actividade.

Nos financiamentos quadrienais a prometida pequena correcção dos cortes também não é ainda uma realidade e, os seis milhões de euros de cortes nas artes do espectáculo e nas artes visuais são já, e de facto, mais de 20 milhões porque praticamente nada foi pago ou sequer contratualizado nas diversas modalidades de financiamento.

Este panorama desolador coloca em causa muitos dos 120 mil postos de trabalho que o sector cultural garante, nega o direito constitucionalmente consagrado de acesso à cultura por parte das populações, e exige uma resposta rápida por parte do Ministério da Cultura. O silêncio tem sido

ensurdecedor: o Ministério da Cultura assiste impávido à total asfixia do sector que tutela.

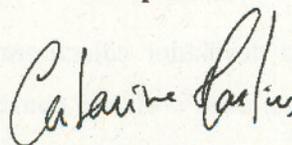
Lembramos que o Director Geral das Artes não respondeu aos pedidos da Assembleia da República de audição na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura e nunca foram prestados os esclarecimentos sobre as assimetrias regionais na atribuição dos financiamentos, bem como as irregularidades nos concursos. E o Ministério da Cultura tem-se recusado sistematicamente a responder às diversas questões que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda lhe colocou sobre prazos, montantes, irregularidades, assimetrias regionais, entre outros. É inaceitável que o Governo continue a negar à Assembleia da República e às diversas bancadas parlamentares esclarecimentos cabais sobre a situação do financiamento público às artes em Portugal.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Quando serão conhecidos os resultados dos concursos pontuais de apoio directo às artes da Direcção Geral as Artes?
2. Quando serão assinados todos os contratos e protocolos relativos aos concursos de apoios directos às artes da Direcção Geral das Artes?
3. Quando serão pagos os financiamentos prometidos?
4. Que medidas estão a ser tomadas para corrigir e prevenir as assimetrias regionais nos financiamentos às artes e as diversas irregularidades dos vários concursos?
5. Que medidas está o Ministério da Cultura a implementar para evitar o encerramento das estruturas de criação e programação afectadas pelos atrasos e incumprimentos da Direcção Geral das Artes?
6. Que medidas está o Ministério da Cultura a implementar para assegurar a programação regular e continuada das estruturas de criação e programação de todo o território nacional?

Palácio de São Bento, 4 de Maio de 2011.

A Deputada



Catarina Martins